



CONTRATO Nº 17/2023

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023
HOMOLOGAÇÃO 22/02/2023**

Pelo presente instrumento de Contrato, o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Alberto Ernesto Lang, nº 29, Centro, do Município de Presidente Castello Branco/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.244/0001-40, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sra. Neiva Kleemann Toniolo**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 533.236.029-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **VIAPAVI OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.303.137/0001-71, estabelecida na Av. XV de novembro, nº 380, Centro do Município de Capinzal/SC, CEP: 89.665-000, neste ato representada por seu Engenheiro, **Sr. Alessandro Antonio Bittencourt dos Santos**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 006.092.629-55, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o edital de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa especializada para serviço de mão-de-obra e fornecimento de material para execução do projeto de pavimentação asfáltica na Estrada Municipal PCB 05 – Vereador Armindo da Silva, Trecho 1: Km inicial 0 á Km final 140m, Trecho 2: Km inicial 140m á Km final 260m, numa extensão total de 260m, situado em Linha Taquaral, interior, do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme quantidades e especificações que seguem:

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
Pavimentação asfáltica no trecho de acesso à Linha Taquaral no município de Presidente Castello Branco/SC, trecho 1: Km inicial 0 á Km final 140m, numa extensão total de 140m (segmento 01), situado na Linha Taquaral, interior, no Município de Presidente Castello Branco/SC, <u>Contemplando:</u> Projeto de Pavimentação Asfáltica – Volume 1, Volume 2 e Volume 3, contendo: Projeto de Sinalização, Demonstrativo de cálculo do BDI, Memorial de Cálculo, Composições, Cotações, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-financeiro, Declaração de atividade não constante, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. Recurso financeiro através de Transferência Especial - Emenda parlamentar impositiva nº 2146/2022– FUNDAM, Objeto: Obras de infraestrutura urbana ou rural no município de Presidente Castello Branco/SC, Trecho 1: Km inicial 0 á Km final 140m, numa extensão total de 140m (segmento 01), no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).	R\$ 257.993,50
TOTAL GLOBAL	R\$ 257.993,50

2.2 A obra dar se à através de recursos de:

2.2.1 Transferência Especial - Emenda parlamentar impositiva nº 2146/2022 – FUNDAM, Objeto: Obras de infraestrutura urbana ou rural no município de Presidente Castello Branco/SC, Trecho 1: Km inicial 0 á Km final 140m, numa extensão total de 140m (segmento 01), no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)



CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO PRAZO

3.1 Após a emissão da Autorização de Fornecimento emitida pelo setor de compras da Prefeitura Municipal, a empresa vencedora responsável pela execução da obra terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para entrega final da obra, observando as etapas de realização estabelecidas nos cronogramas físico financeiro, Anexo I do Edital.

Local da execução: Linha Taquaral, interior do Município de Presidente Castello Branco-SC, de acordo com os Projetos constantes no Anexo "I" do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O preço total ajustado para a obra licitada é de **R\$ 257.993,50 (duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta centavos)**, sendo que o valor a ser pago mediante laudo de medição condicionado as etapas de execução da obra, conforme o descrito no cronograma físico financeiro apresentado.

4.2 O pagamento devido à vencedora será efetuado em até 30 (trinta) dias após liberação e apresentação da nota fiscal, que será feito através de credito em conta na Instituição Financeira Banco Sicredi, Agência: 0217 e Conta: 46661-6.

4.3 Os eventos de medição previstos no cronograma físico financeiro somente serão efetuados pelo fiscal da obra nomeado pelo Município.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório nº 07/2023, modalidade Tomada de Preços nº 01/2023 para o ano de 2023, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes nas rubricas abaixo:

- a) Recursos Próprios:

08	SECR. MUN. OBRAS. TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS
01	Dpto. Municipal de Estradas e Rodagem - DMER
2.038	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DMER
4.4.90.0076	Aplicações Diretas

Transferência Especial - Emenda parlamentar impositiva nº 2146/2022 – FUNDAM, Objeto: Obras de infraestrutura urbana ou rural no município de Presidente Castello Branco/SC, Trecho 1: Km inicial 0 à Km final 140m, numa extensão total de 140m (segmento 01), no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 Responsabilidade da Contratada

7.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições apresentadas na fase de habilitação, proposta e qualificação exigidas na licitação;
- b) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, disponibilizando e mantendo atualizado o seu contato, no prazo de 02 (dois) dias após a assinatura do presente contrato, indicando o cargo na empresa, telefone e e-mail para contato, bem como a qualificação do responsável técnico e os demais colaboradores responsáveis pela execução da obra;
- c) É vedado ao Contratado subcontratar outra empresa para a execução do objeto deste Edital.
- d) Constituir e manter atualizado o diário da obra, expressando os movimentos de cada data, e permitindo a consulta pelo fiscal da obra e respectivo fiscal do contrato, nomeado em ato



específico e discriminado pelo contrato administrativo a ser firmado. Para o perfeito cumprimento da obrigação.

e) Permitir o acesso, prestar informações, atender as solicitações e recomendações expressas pelo fiscal de obras ou fiscal de contrato, sem prejuízo da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária anteriormente à cada pagamento realizado pelo Contratante;

f) A contratada deverá providenciar e disponibilizar a anotação de responsabilidade técnica (ART) de projeto e execução perante o Conselho de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina (CREA/SC);

g) Executar a prestação respeitando as recomendações e exigências previstas no Memorial Descritivo, como também nos projetos de execução, vinculados pelo Edital, e alterações que se fizerem necessárias, desde que devidamente justificadas.

Disponibilizar, para atuação constante no local de execução da obra durante toda a vigência do contrato, de equipe técnica composta pelos seguintes profissionais: 1) Engenheiro Civil na pessoa de Alessandro Antonio Bittencourt dos Santos CREA/SC nº 081.241-3; 2) Mestre-de-obras na pessoa de Anderson Rene Maziero.

7.2. Responsabilidade da Contratante

7.2.1. Receber a obra no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.2.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de agente especialmente designados;

7.2.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a cada etapa de realização, após a deliberação por ato de medição pelo fiscal da obra, com vistas do fiscal do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

a) Advertência;

b) Multa de 20% sobre o valor da proposta;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos;

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza a Contratada.

8.2 Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

8.2.1 - Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, inclusive em desobediência ao cronograma de execução da obra, limitada ao total de 10% (dez por cento);

8.3 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

8.3.1 - Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

8.3.2 - Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.4 - O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.3.1 e 8.3.2 do Edital será o valor inicial do Contrato.

8.5 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Presidente Castello Branco.



CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E VIGÊNCIA

9.1 A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições apresentadas na proposta, habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

9.2 A vigência do presente Contrato é de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Lucilei Groto, conforme Portaria nº P/0724/2023, de 22 de fevereiro de 2023 nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e tem como fiscal da obra o Engenheiro Civil Renan Marcos Muraro CREA/SC 165.831-1/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO.

12.1 Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

13.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;

II. Entrega de objeto fora das especificações constantes no edital;

III. A subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar prestação dos serviços, assim como as de seus superiores;

V. O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. A dissolução da empresa;

VIII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.



13.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

13.4 Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº D/2.387/2007, de 23 de julho de 2007, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 07/2023, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Este Contrato é intransferível, não podendo a Contratada, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Fica eleito o foro da Comarca de Concórdia/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Presidente Castello Branco (SC), 22 de fevereiro de 2023.

CONTRATANTE
NEIVA KLEEMANN TONIELO
Prefeita Municipal

CONTRATADA
ALESSANDRO ANTONIO BITTENCOURT DOS SANTOS
Viapavi Obras e Serviços LTDA ME

FISCAL DO CONTRATO
LUCILEI GROTO

Testemunhas:

ALEXANDRA SCHUMANN
CPF: 088.005.529-43

EDENILSON DOMINGOS ZENI
CPF: 021.252.659-66